



Prefeitura Municipal de Japeri
Procuradoria Geral do Município

CONTRATO Nº 1/2026

Processo nº JPR-010110/003310/2025

CONTRATO DE RATEIO 2026

Contrato de Rateio que celebram o Município de Japeri e o Consórcio Centro Sul I para formalizar o repasse de recursos para fazer frente às despesas de custeio e de capital do Consórcio Centro Sul I.

Pelo presente CONTRATO DE RATEIO, de um lado, o Consórcio Público de Direito Público, identificado, simplesmente, como Consórcio CENTRO SUL I, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 14.762.059/0001-21, situado a Rua Sebastião Lacerda, nº 09 – Fábrica/Paracambi, neste ato representado pelo seu Presidente, Excelentíssimo **Sr. André Luiz Ramalho Ceciliano**, portador da carteira de identidade nº 23.986.710-4 expedida pelo DETRAN-RJ, CPF nº 130.856.137-73 doravante denominado de CONTRATADO, e, de outro lado, o Município de Japeri, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 39.485.396/0001-40, com sede na Estrada Vereador Francisco da Costa Filho, nº 1993, Santa Inês – Engenheiro Pedreira, Japeri, RJ, neste ato representado pela Excelentíssima **Sra. Prefeita Fernanda Machado Ontiveiros**, brasileira, solteira, portador da cédula de identidade nº 10.534.369-3 expedida pelo DETRAN- RJ, CPF nº 084.419.557-00, residente e domiciliada nesta cidade de Japeri, doravante denominada de CONTRATANTE, tem entre si, justa e contratada, nos termos das cláusulas e condições, aqui, estabelecidas, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

O presente CONTRATO DE RATEIO se rege pelas Leis Federais n.º 11.107/2005 e seu Decreto regulamentar n.º 6.107/2007, n.º 11.445/2007 e seu Decreto regulamentar n.º 7.217/2010 e, ainda, n.º 12.305/2010 e seu Decreto regulamentar n.º 7.404/2010 e, ainda, pelas Leis Estaduais n.º 4.191, de 30 de setembro de 2003, n.º 6.334, de 15 de outubro de 2012, n.º 6.362, de 19 de dezembro de 2012, e pelos Decretos Estaduais n.º 42.930, de 18 de abril de 2011, e n.º 43.153, de 25 de agosto de 2011, sem prejuízo das demais legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis.

Parágrafo único. O presente CONTRATO DE RATEIO deverá atender, ainda, ao disposto:

- I – no Contrato de Consórcio Público;
- II – nos objetivos e nas metas do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro – PERS/RJ .
- III – nos atos regulatórios expedidos pela entidade de regulação designada pelo consórcio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente CONTRATO DE RATEIO tem por objeto a definição das regras e dos critérios de participação do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de recursos financeiros, de modo a assegurar a gestão associada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, para fazer frente às despesas de custeio decorrentes das atividades do CONTRATADO, consoante estabelecido nas cláusulas do Contrato de Consórcio Público, relacionadas em anexo único.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O CONTRATADO ou qualquer outro Município consorciado do Consórcio Centro Sul I, desde que devidamente adimplente com suas obrigações consorciais, é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste CONTRATO DE RATEIO, podendo, inclusive, recorrer às vias judiciais para fazer valer esse direito.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O cumprimento do repasse financeiro do Governo de Estado do Rio de Janeiro, através da

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade referente ao Município Consorciado, ou seja, o suporte financeiro dos R\$ 17,00 (dezessete reais) por tonelada de resíduos sólidos urbanos fica condicionado à manutenção do serviço de coleta seletiva no Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE, para o exercício financeiro de 2026, deverá consignar, previamente, em sua legislação orçamentária pertinente dotação suficiente para suportar as despesas de custeio assumidas por meio do presente CONTRATO DE RATEIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de 2026, assim classificada:
Programa de Trabalho: 05.25.01.18.541.0420.2420

Fonte: 12 ICMS VERDE

Elemento de despesa: 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

PARÁGRAFO SEGUNDO. Do valor total para fazer frente às despesas de custeio deverão ser reservados 5% (cinco por cento) a serem transferidos para o fundo de reserva com vista ao pagamento dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos concedidos decorrente da operação da CTDR Paracambi na forma do Anexo I.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O CONTRATANTE, se não atender ao disposto nesta CLÁUSULA, poderá, inicialmente, ser suspenso até o prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento de suas obrigações veiculadas neste CONTRATO DE RATEIO, observado a prévia instauração de processo administrativo, em que fique assegurado o contraditório e a ampla defesa, decorrentes do devido processo legal. Esgotado o prazo de 90 (noventa) dias sem que tenha ocorrido o adimplemento das obrigações pendentes, o CONTRATANTE poderá ser excluído do Consórcio Centro Sul I, após o devido processo administrativo, na forma do Contrato de Consórcio Público.

PARÁGRAFO QUARTO. Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o representante legal do CONTRATANTE poderá ter a sua conduta tipificada como ato de improbidade administrativa se formalizar o presente CONTRATO DE RATEIO sem, antes, atender ao disposto nesta cláusula, nos termos das Leis Federais n.º 8.492/1992 e n.º 11.107/2005 e seu Decreto regulamentar n.º 6.017/2007.

PARÁGRAFO QUINTO. Caso haja necessidade de ocorrer restrição de realização de despesas por parte do CONTRATANTE para o cumprimento de normas de Direito Financeiro, este, mediante notificação formal, prévia e escrita, deverá informar o CONTRATADO a respeito, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, a fim de garantir, assim, o repasse de recursos a ser feito nos termos deste CONTRATO DE RATEIO.

PARÁGRAFO SEXTO. Se, em razão do disposto no parágrafo anterior, o CONTRATANTE não puder cumprir com a sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste CONTRATO DE RATEIO, o consórcio adotará as medidas necessárias para adaptar a sua execução orçamentária e financeira aos novos limites.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Somente na hipótese do parágrafo anterior, o CONTRATANTE não será apenado com a exclusão do Consórcio Centro Sul I, em conformidade com o Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

O CONTRATANTE repassará para o CONTRATADO os valores necessários para a consecução do objeto deste CONTRATO DE RATEIO, nos seguintes termos:

I – Montante global de **R\$ 2.358.673,73** (dois milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e três centavos), para fazer frente às despesas de custeio dos serviços prestados, tendo em vista o Contrato do Consórcio que o município de Japeri integra, que poderá ser dividido em 12 parcelas iguais e sucessivas, conforme Anexo I.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O montante global desta cláusula é proporcional aos benefícios que o CONTRATANTE e os demais Municípios consorciados usufruam com objetivos do Contrato de Consórcio Público Centro Sul I.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O CONTRATANTE, e os demais Municípios consorciados, poderão ao invés de promoverem o repasse dos montantes globais a que se refere esta cláusula. Proceder à devida cessão com ônus para a fonte de bens e/ou de pessoal para o Consórcio Centro Sul I, desde que seja obedecida a mesma medida de valor a ser repassada e, ainda, haja autorização expressa da Assembléia Geral, nos termos do Contrato de Consórcio Público.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A descrição das despesas de custeio, assim como os valores a serem repassados pelo CONTRATANTE e demais Municípios consorciados consta do Anexo I, deste CONTRATO DE RATEIO.

PARÁGRAFO QUARTO. As diferenças positivas entre os valores mensais pagos deverão ser devolvidas aos municípios ou abatidas de futuras despesas, caso sejam constatados créditos em prol do município. Da mesma forma, a diferença negativa entre os valores mensais executados e valores mensais pagos deverão ser transformados em aditivo a este Contrato de Rateio em favor do Consórcio Centro Sul I.

PARAGRAFO QUINTO. Os valores que constam na categoria econômica obrigações patronais e restituições trabalhistas constantes na planilha “Outras Despesas” do Anexo I foram estimadas pelo consórcio e por isso deverão ser recalculados e apresentados para aprovação na próxima reunião ordinária do Consórcio que ocorrerá após assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO SEXTO. Os recursos repassados ao CONTRATADO poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação sejam apropriados, integralmente, em prol dos objetivos do Contrato de Consórcio Público, uma vez que este não possui fins lucrativos. Sendo assim, os valores financeiros deverão ser aplicados em ações de baixo risco, ou seja, com renda fixa e liquidez a curto prazo (D, D+1), a exemplo da poupança, CDB, Fundos DI, Tesouro SELIC e conta corrente ou de pagamento com rendimento diário CDI.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A retirada do CONTRATANTE do Consórcio Centro Sul I importará, segundo a proporcionalidade da sua participação prevista neste CONTRATO DE RATEIO, no pagamento de eventuais indenizações devidas ao Consórcio Centro Sul I, em razão dos objetivos do Contrato de Consórcio, mas não integralmente pagos e/ou transferidos.

PARÁGRAFO OITAVO. Observado o disposto no parágrafo anterior, se, por ocasião da retirada do CONTRATANTE do Consórcio Centro Sul I, houver saldo financeiro positivo, aplicar-se-á o que segue:

I – deverá ser devolvido ao CONTRATANTE, se os recursos já tiverem sido repassados para o CONTRATADO; ou,

II – será repassado para o CONTRATADO, se ainda não o foram.

PARAGRAFO NONO. O superávit financeiro apurado de cada consorciado poderá ser devolvido caso solicitado, depois do devido pagamento dos Restos a pagar do exercício findo, utilizando o elemento de despesa 3.3.90.93 (indenizações e restituições), sendo facultado a permanência do numerário no Consórcio e ser compensado nas transferências posteriores.

PARAGRAFO DÉCIMO. O reembolso será efetuado exclusivamente sobre os valores referentes aos serviços contratados que não forem mantidos para o exercício seguinte, não abrangendo quaisquer outras despesas ou compromissos assumidos pelo Consórcio.

PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A CONTRATANTE abre mão dos serviços prestados por este Consórcio no que se refere aos itens Todas as despesas relativas às atividades EO.3, EO.4, EO.5 e EO.6, constantes do Anexo I deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para a consecução do objeto do presente CONTRATO DE RATEIO, as partes se obrigam, nos termos deste contrato e de sua legislação de regência:

I – O CONTRATADO:

a) receber e contabilizar os recursos oriundos deste CONTRATO DE RATEIO segundo as normas de Direito Financeiro aplicável aos órgãos e às entidades da Administração Pública, nos termos deste contrato e de sua legislação de regência;

b) aplicar, exclusivamente, os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO na consecução dos objetivos definidos no Contrato de Consórcio Público e nos Contratos de Programa pertinentes, observadas as normas da contabilidade pública;

c) fornecer as informações necessárias para consolidação nas contas do CONTRATANTE das despesas de custeio, aqui, previstas, para que possam ser contabilizados nas contas deste último na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos, nos termos deste CONTRATO DE RATEIO e de sua legislação de regência;

II – O CONTRATANTE

a) consignar na sua legislação orçamentária dotação suficiente para suportar as despesas de custeio previstas neste CONTRATO DE RATEIO;

b) manter os recursos orçamentários a consecução do objeto deste CONTRATO DE RATEIO;

- c) fazer o repasse dos recursos financeiros ao CONTRATADO, nos termos estabelecidos neste CONTRATO DE RATEIO;
- d) receber a prestação de contas do CONTRATADO, consolidando-as em suas próprias contas;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente CONTRATO DE RATEIO se inicia a contar de 01 de janeiro de 2026 com término em 31 de dezembro de 2026, em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do CONTRATANTE e nunca superior às dotações que o suportam.

PARÁGRAFO ÚNICO. O CONTRATANTE, no prazo de 40 (quarenta) dias, contados da data de sua assinatura, providenciará a publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial do Município ou do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente CONTRATO DE RATEIO poderá ser rescindido, por qualquer das partes, se uma delas se tornar inadimplente ou descumprir qualquer das cláusulas aqui estabelecidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Antes da rescisão contratual prevista nesta cláusula, a parte inadimplente será notificada, para que, em 30 (trinta) dias, cumpra a contento com as suas obrigações.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se, mesmo depois de transcorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, a parte permanecer inadimplente, o presente CONTRATO DE RATEIO considerar-se-á rescindido de pleno direito, observado o disposto no **PARÁGRAFO QUINTO**, da **CLÁUSULA QUARTA**, deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Não se considera como causa para rescisão do presente CONTRATO DE RATEIO o descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes de motivo de força maior, de caso fortuito ou de fato que, por qualquer motivo, não possa ser imputado, direta ou indiretamente, a qualquer das partes.

CLÁUSULA OITAVA – DA MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS

As controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas do presente CONTRATO DE RATEIO serão resolvidos, pela via da mediação administrativa, perante a entidade de regulação.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Paracambi para dirimir eventuais controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas do presente CONTRATO DE RATEIO, que não puderem ser resolvidas nos termos da cláusula anterior, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente CONTRATO DE RATEIO, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelas partes e testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os efeitos jurídicos legais, em juízo e fora dele.

Japeri, 24 de fevereiro de 2026.

Prefeita do Município de Japeri

Fernanda Machado Ontiveiros

Presidente do Consórcio Centro Sul I

André Luiz Ramalho Ceciliano

Testemunhas:

Nome RG: CPF/MF:

Nome RG: CPF/MF:

ELISABETE VALENTIM SILVA
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE JAPERI
MATRICULA: 9306-01 OAB/RJ: 120.326

ANEXO I DESPESAS DE CUSTEIO

MUNICÍPIO DE JAPERI

Cód	Atividades	Unidade	Quant. mês	Quant. ano	Valor unit. 2025	Valor unit pago pelo município 2025	Reajuste 5,3195%	Valor unit. raajustado 2026	Valor unit. 2026 para o município	Valor Menssal	Valor Anual
EO.1	Operação e manutenção do Aterro Sanitário com aterrament, controle de águas pluviais, gases, sistema de drenagem e tratamento do chorume	t	1.60527	19.263,18	R\$ 103,60	R\$ 86,60	R\$ 5.51	R\$ 109,11	R\$ 92,11	R\$ 147.862,57	R\$ 1.774.350,81
EO.2	Operação e Manutenção da Unidade RSS	t	1,86	22,30	R\$ 4.290,03	R\$ 4.290,03	R\$ 228,21	R\$ 4.518,24	R\$ 4.518,24	R\$ 8.396,39	R\$ 1.774.350,81
EO.3	Operação e manutenção da Unidade RCC	t	0	0	0		R\$ -		R\$ -	R\$ -	R\$ -
EO.4	Gerenciamento integrado e Educação Ambiental	un x mês	0	0	0		R\$ -		R\$ -	R\$ -	R\$ -
EO.5	Operação e manutenção de Unidade de tiagem e apoio a Coleta Seletiva	un x mês	0	0	0		R\$ -		R\$ -	R\$ -	R\$ -
EO.6	Operação e manutenção de Unidade de Compotagem	un x mês	0	0	0		R\$ -		R\$ -	R\$ -	R\$ -
	VALOR GLOBAL										R\$ 1.875.107,52

OUTRAS DESPESAS	VALOR MENSAL
-----------------	--------------

Taxa Administrativa	R\$ 371.248,41	R\$ 30.937,37
Fundo de Reserva (5%)	R\$ 112.317,80	R\$ 9.359,82
TOTAL DO MUNICÍPIO	R\$ 2.358.673,73	
Janeiro à Dezembro	R\$ 196.556,14	



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Machado Ontiveros, Prefeita Municipal**, em 24/02/2026, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Ramalho Ceciliano, Usuário Externo**, em 26/02/2026, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Valentim Silva, Procuradora Geral do Município**, em 26/02/2026, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ronaldo Lopes Dos Santos, Apoio Administrativo**, em 02/03/2026, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giane Pereira Da Silva, Superintendente**, em 02/03/2026, às 09:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://baixada.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00139204** e o código CRC **7DC76C90**.



Prefeitura Municipal de Japeri
Procuradoria Geral do Município

TERMO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO

APOSTILAMENTO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO

O MUNICÍPIO DE JAPERI, por intermédio da Excelentíssima **Sra. Prefeita Fernanda Machado Ontiveiros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação aplicável, especialmente o art. 136 da Lei nº 14.133/2021, procede ao presente **APOSTILAMENTO** ao Contrato de Rateio Consórcio Centro Sul 1, para fins de **correção de erro material**, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente apostilamento tem por objeto a **correção de erro material** constante na planilha referente ao item **EO.2 – Operação e Manutenção da Unidade R\$**, especificamente no valor total registrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CORREÇÃO

Onde se lê:

Cód	Atividades	Unidade	Quant. mês	Quant. ano	Valor unit. 2025	Valor unit pago pelo município 2025	Reajuste 5,3195%	Valor unit. raajustado 2026	Valor unit. 2026 para o município	Valor Menssal	Valor Anual
EO.2	Operação e Manutenção da Unidade RSS	t	1,86	22,30	R\$ 4.290,03	R\$ 4.290,03	R\$ 228,21	R\$ 4.518,24	R\$ 4.518,24	R\$ 8.396,39	R\$ 1.774.350,81

Leia-se:

Cód	Atividades	Unidade	Quant. mês	Quant. ano	Valor unit. 2025	Valor unit pago pelo município 2025	Reajuste 5,3195%	Valor unit. raajustado 2026	Valor unit. 2026 para o município	Valor Menssal	Valor Anual
EO.2	Operação e Manutenção da Unidade RSS	t	1,86	22,30	R\$ 4.290,03	R\$ 4.290,03	R\$ 228,21	R\$ 4.518,24	R\$ 4.518,24	R\$ 8.396,39	R\$ 100.756,71

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Rateio Centro Sul 1 que não conflitem com o presente apostilamento.

E, para constar, lavra-se o presente apostilamento para que produza seus efeitos legais.

Japeri, 10 de março de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Machado Ontiveros, Prefeita Municipal**, em 10/03/2026, às 17:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://baixada.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00148849** e o código CRC **0C6CC2F0**.

Referência: Processo nº JPR-010110/003310/2025

SEI nº 00148849

Avenida Ary Schiavo, 992, loja D - Bairro Santa Inês, Japeri/RJ, CEP 26380-010
Telefone: - <https://www.japeri.rj.gov.br/>



FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE JAPERI

Exercício de 2026

Nota de Empenho 00003/2026 - 01

DATA	TIPO	REGIME	AUTORIZAÇÃO	MOVIMENTO	VALOR
23/02/2026	Global	Normal		Inicial	1.179.336,84

INFORMAÇÕES DO CREDOR

NOME	CNPJ - Pessoa jurídica	CONTATOS
CONSORCIO CENTRO SUL1	14.762.059/0001-21	FONE1:
FANTASIA/APELIDO	BANCO - AGÊNCIA - CONTA	FONE2:
		CEL:
		FAX:
ENDEREÇO		E-MAIL:
RUA da Assembléia, 66, Pav 10, Centro, RIO DE JANEIRO/RJ		

INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

PROCESSO
Outros/Não aplicável - JPR-010110/003310/2025
MODALIDADE
Outros/Não Aplicável

DOTAÇÃO

FICHA	34		ORÇADO
U.O.	05.25	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	1.300.000,00
U.E.	05.25.01	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	ALTERAÇÕES ACUM. (+)
			0,00
FUNÇÃO	18	Gestão Ambiental	DOTAÇÃO ATUALIZADA (=)
SUBFUNÇÃO	542	Controle Ambiental	1.300.000,00
PROGRAMA	0110	GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E ECONOMIA CIRCULAR (ODS 8, 11 E 12)	PRÉ-EMPENHADO ANTERIOR (-)
AÇÃO	2062	DESTINACAO DE RESIDUOS SOLIDOS E AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA	0,00
ELEMENTO	3.3.90.39.99	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	EMPENHADO ANTERIOR (-)
FONTE	15000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	0,00
APLICAÇÃO	000.0012	Aplicação Geral	SALDO ANTERIOR (=)
		ICMS-E	1.300.000,00
			VALOR DO MOVIMENTO (-)
			1.179.336,84
			SALDO (=)
			120.663,16

HISTÓRICO

Proc.: JPR-010110/003310/2025- Numerários referentes contrato de rateio do Consórcio Centro Sul I, cujo objeto é a destinação de resíduos sólidos coletados pelos Municípios em suas atividades de limpeza urbana. Alocação de recursos para atender 06 (seis) meses do presente exercício.

O ordenador da despesa, MEIRE LUCY FONSECA MENEZES DOS SANTOS, Secretária Municipal de Meio Ambiente, CPF: 101.777.807-89, para efeito da execução orçamentária, nos termos da legislação vigente, determina que seja empenhado o valor acima.

ASSINADO DIGITALMENTE

ANDRE LUIZ RAMALHO CECILIANO

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>



CONSORCIO CENTRO SUL1

MEIRE LUCY FONSECA MENEZES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Meio Ambiente

CPF: 101.777.807-89

THAMY CRISTINA DUTRA BARROS

Coordenador do SIGFIS

CPF: 152.678.747-44



Documento assinado digitalmente

MEIRE LUCY FONSECA MENEZES DOS SANTOS

Data: 23/02/2026 12:03:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

THAMY CRISTINA DUTRA BARROS

Data: 23/02/2026 11:08:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>